

OS INDÍGENAS NA MÍDIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

TERESA KAZUKO TERUYA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ-PR),
MARISTELA ROSSO WALKER (UFAC).

Resumo

Os debates acerca da diversidade, do respeito às diferenças, das questões de gênero, de raça e etnia são abordados pela mídia de forma fragmentada, superficial e tendenciosa. Mas como tratar os problemas indígenas na formação de professores? O objetivo do presente artigo é analisar a imagem do índio publicada na Revista Veja e as mensagens enviadas ao Blog da Veja. Esse meio se destaca na formação de opinião a respeito da cultura e da identidade dos povos indígenas, em particular o conflito existente no Território Indígena Raposa Serra do Sol no estado de Roraima. O assunto está na pauta do Congresso Nacional para estabelecer a demarcação territorial indígena, sem levar em conta o processo de violência que esses povos foram submetidos historicamente. Os discursos veiculados por essa mídia são analisados com base nos Estudos Culturais. Nessa perspectiva, as contribuições de Stuart Hall, Michel Foucault, Paulo Freire, Kathryn Woodward, Homi Bhabha, entre outros, fundamentam a nossa análise sobre a constituição das identidades de grupos minoritários. São grupos que passam a se conhecer e se constituir como uma organização particular de interesses individuais e sociais, de similaridade e diferença. Defende a formação de professores para abordar os povos indígenas no currículo escolar, tendo em vista a promulgação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". As questões relativas aos indígenas suscitam uma política de inclusão por trazer a tona um problema social que envolve interesses econômicos, políticos e culturais. No espaço escolar, o grande desafio para o trabalho docente é desvelar o discurso midiático e desconstruir seus conceitos e ideologias, numa perspectiva interdisciplinar.

Palavras-chave:

Indígenas na Mídia, Estudos Culturais e Educação, Formação de Professores.

1 Introdução: O outro, o diferente e a identidade

O Comentarista

Quem são esses porras desses índios terroristas que
impedem o direito de ir e vir dos brasileiros?
Quem é que está bancando esses terroristas
travestidos?
braziu, UM PAÍS DE TOLOS!
8:04 AM

Blog da Revista Veja, **Terça-feira, Maio 13, 2008**

Iniciamos este artigo com um comentário contundente retirado do Blog da Revista Veja, divulgado no dia 13 de maio de 2008, constatando como as discussões sobre a diversidade étnico-cultural ainda são incipientes tanto no meio acadêmico como na sociedade em geral, pois elas expressam desconhecimento sobre a constituição da sociedade brasileira e sua formação pluriétnica e pluricultural. É preciso reconhecer que os assuntos sobre índios, negros, homossexuais, mulheres entre

outros segmentos considerados "minorias", não devem se restringir ao meio acadêmico. Precisamos perpassar todas as instâncias sociais sem considerar a diferença como um estigma, mas compreendê-la como constituinte de nosso processo de humanização[1].

Historicamente, as minorias (mulheres, portadores de deficiências, negros, índios, homossexuais e os pobres) são tratadas como "diferentes" e "anormais", além de outros adjetivos, tais como: denominar os povos indígenas de "selvagens", "borrachos", "preguiçosos". De acordo com Freire (2006, p. 48), são aqueles descritos pelos opressores de "essa gente", "essa massa cega e invejosa", "nativos", "subversivos", "os bárbaros", "os malvados", "os ferozes", quando reagem à violência dos opressores.

Esses "diferentes" ou minorias, sempre existiram em todas as sociedades, desde a antiguidade até os dias atuais. Esta temática está na mídia e invadiu o nosso cotidiano, de tal forma que não é mais possível deixar de discutir, inserir e analisar o que efetivamente muda no tecido social que estamos envolvidos. Hall (2006) argumenta que o declínio das identidades estabilizadas do mundo social propicia uma crise de identidade com o surgimento de novas identidades e sujeitos fragmentados. Esta crise se expressa na imagem do Ser índio divulgada pela mídia, por exemplo, a foto retirada da Revista *Veja*, a seguir: No arquivo Anexo 1....

O que essa imagem e este título sugerem? Quando um índio deixa de ser índio? O que é ser índio? O que constitui a identidade de um índio? A imagem de índios construída em nossa mente é a de pessoas sem roupas, vestidas com trajes típicos característicos, descalços, usando arco e flecha, que dançam e cantam de maneira estranha, caçam e pescam para a sobrevivência, enfim, talvez um pouco semelhante à foto acima publicada na Revista *Veja*. Esse imaginário, porém, precisa ser ampliado, revisto, rediscutido.

Para ampliar esse debate, consideramos o conceito de identidade e diferença necessário para retomar esse assunto. Woodward (2007), em seu texto *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual* afirma que "é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos" (p. 17). Portanto, o que caracteriza o ser "índio" é construído individualmente e socialmente.

A construção da identidade, seja dos povos indígenas, seja de qualquer outro povo ou pessoa carece de conceituações e de um quadro teórico que dê suporte para compreender como se constitui a identidade. Para Woodward (2007), é necessário distinguir as perspectivas essencialistas das não-essencialistas de identidade: a primeira sugere um conjunto de características que todos partilham (que pode ser simbolizado por uma bandeira, por exemplo) e a segunda focalizaria as diferenças (questões de gênero, religião e costumes) assim como as características comuns ou partilhadas por todos.

O que se percebe nas descrições feitas no texto da *Veja*, no blog e no senso comum é a presença do conceito essencialista de identidade. Uma das características deste conceito, por exemplo, é o pertencimento a determinado grupo identitário cuja identidade é vista como fixa e imutável. Outra é baseada na identidade étnica, de

raça e de parentesco, muitas vezes ligadas às versões essencialistas da história e do passado, cuja construção se dá como verdade imutável.

Quando a imagem desse grupo é projetada na perspectiva essencialista, em detrimento de uma análise crítica que entende a formação da identidade vinculada às condições sociais e materiais ou quando um grupo é marcado simbolicamente como o diferente, os efeitos reais se manifestam em forma de discriminação e exclusão social. . No texto da *Veja*, a expressão "*eles têm até laptop*" escrito abaixo da foto, é uma discriminação que leva desvantagens materiais, como se este equipamento fosse permitido somente aos demais grupos sociais. Por serem índios, os bens materiais comuns a todos os demais grupos étnicos não deveriam lhes pertencer: "eles" não precisam destes equipamentos para sua sobrevivência; não precisam do acesso aos instrumentos que fazem parte do nosso cotidiano "branco, ocidental", por que são diferentes e querem ser diferentes!

Além disso, para constituir a identidade de um povo, outros processos estão envolvidos, destacando-se o social e o simbólico. Woodward (2007, p. 14) acrescenta que "a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído". No nosso caso, o índio, simbolicamente, teria que ser aquele que o "branco" convencionou como alguém que não tem os mesmos direitos que qualquer cidadão brasileiro. Observem a expressão: "Quem são esses porras desses índios terroristas que impedem o direito de ir e vir dos brasileiros?" Essas palavras sugerem que os índios não são brasileiros, só os "outros" são... Portanto, não pertencem ao povo brasileiro. No imaginário social, "eles" fazem parte de um contexto que não inclui aqueles que são percebidos como diferentes...

Ainda no conceito de identidade, Woodward (2007, p.14) destaca que a sua constituição envolve o exame dos "sistemas classificatórios", mostrando como as relações sociais são organizadas e divididas, por exemplo: sua divisão em pelo menos dois grupos em oposição - "nós e eles", neste caso, os "brancos e os índios". Desta forma, "Nós brancos" temos o direito de ir e vir, conforme a nossa Constituição, "eles, os índios" devem respeitar o branco, ficar no seu espaço demarcado, no seu território, na sua reserva, porque eles são perigosos para a sociedade, como expressa o participante do blog: "esses índios terroristas". Esse é mais um sinal de que caminhamos para um processo de barbárie, delimitando guetos, marcando a ferro e fogo quem serve e quem não serve para conviver no meio social.

Nesse processo de demarcação das diferenças, algumas são marcadas e outras podem ficar obscurecidas, por exemplo, a identidade nacional quando omite as diferenças de classe e gênero, suas identidades não são unificadas, porque as contradições de seu interior precisam ser negociadas. Não podemos afirmar que todos os índios são iguais, pois, ao mesmo tempo, podem ser iguais perante a lei, mas internamente possuem diferenças tanto no nível individual quanto no plano coletivo. A autora afirma ainda que "[...] as pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas" (Woodward, 2007, p. 15). Com isto, é necessário também levar em consideração o nível psíquico que se junta com a dimensão social e simbólica para a constituição da identidade.

Toda essa argumentação se faz necessária do ponto de vista teórico e prático para compreensão da constituição das identidades. Além destes elementos elencados, também se incluem as relações entre cultura e significado. Woodward (2007, p. 17) diz que "só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma idéia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior."

2. A cultura e a identidade como pontos de partida

No mundo globalizado, há uma convergência de culturas e estilos de vida em nossa sociedade. Encontramos McDonald's em quase todas as cidades, estilos de vestir comuns entre adolescentes e jovens, gostos musicais semelhantes, enfim, são consumidores dos produtos globalizados. No entanto, esse processo produz diferentes resultados na constituição da identidade. Woodward aponta que "a homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local." (2007, p. 21) dispersando as pessoas por causa do mercado de trabalho, bem como da busca de bens e serviços que promovem a migração da população.

De acordo com Woodward (2007, p. 21), "a migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades". Isso não é próprio só das sociedades industriais ou pós-industriais, porque é um fenômeno histórico e se verifica em todas as sociedades. A migração do mundo globalizado que promove o movimento de pessoas em todas as direções com vistas a sua sobrevivência. Neste processo, os povos indígenas também passam pelo discurso da globalização. Quando se observa as imagens projetadas pela Revista Veja e os depoimentos, percebemos que está em jogo a constituição das identidades destes povos. Para constituir a identidade de um povo é necessário analisar e conhecer a sua cultura.

Frow e Morris (2006, p. 315), destacam que na década de 80, enquanto se debatia o pós-modernismo, as batalhas políticas começavam a ser travadas em torno do tema globalização. "[...] a palavra *cultura* passou a ser empregada pela mídia em um sentido aparentemente muito distante de qualquer relação com os textos artísticos e literários". O significado atribuído no contexto relatado, referia-se a "um complexo de expectativas, costumes e valores sociais que afetam nossos métodos de trabalho", portanto, afetam a vida e a identidade de um povo.

Palavras de ordem como: "precisamos mudar a cultura desse povo!", são comuns nos discursos políticos, nos diferentes textos e contextos que circulam diariamente nos meios de comunicação, no vocabulário popular e no discurso educacional que carregam em seu bojo um modo de contestar a conduta de outras pessoas em seu dia-a-dia. Frow e Morris (2006, p.316) afirmam que "a cultura propriamente dita é imaginada como um meio plástico que as elites sociais politicamente poderosas podem reprocessar e remodelar à vontade." Portanto, no contexto desta discussão sobre o direito de posse do Território Indígena Raposa Serra do Sol, percebe-se o jogo de interesses econômicos que permeiam o processo e divide opiniões, mas que afetará a cultura deste povo.

Para os críticos econômicos, que projetam números sobre o território em disputa e que analisam o cotidiano na ótica da globalização, mudar a cultura significa, em primeiro plano, a necessidade de que *um número menor de trabalhadores produzam mais por menos*; neste sentido, a globalização é invocada como força inabalável que torna coerente e natural esse argumento. No entanto, esse é um código econômico que traz implicações sociais que variam de um lugar para outro. Frow e Morris (2006) argumentam que esse processo transforma as minúcias do comportamento ("as práticas de trabalho"), no local de trabalho e conseqüentemente, a textura e a organização do lar e da vida familiar. Quando se depara com um conflito econômico como este gerado pelos "arrozeiros" de

Roraima, é possível destacar algumas consequências que o processo de globalização provocará sobre os envolvidos, tais como:

- O aguçar da consciência de classe, ao tornar mais aceitável a desigualdade de resultados, e, portanto, a pobreza dos povos e dos indígenas;
- A violação dos direitos humanos;
- Do ponto de vista cultural, a partilha de informação foi melhorada, no entanto, a aldeia global teve um impacto negativo, pois se verifica que há uma tendência à massificação, à estandardização e ao mundo cada vez uniformizado.
- As tecnologias em escala mundial estão mal distribuídas. Existem regiões onde elas nem chegaram, outros locais onde uma minoria de pessoas tem acesso e outras ainda onde, embora existindo grande parte da população, não tem conhecimento disso. Entre outras tantas implicações que o processo de globalização acarreta.

Além disso, ocorre uma destruição da imagem da Amazônia e conseqüentemente dos seus habitantes, projetadas pelas mídias escrita e televisiva. Há um conjunto de desprezíveis imagens, reportagens e filmes que colaboram para padronizar a opinião sobre a distribuição de terras em conformidade com a lógica dominante e eurocêntrica.

As imagens projetadas pela mídia irradiam a agressividade por parte dos indígenas, divulgando fatos isolados e recortes de situações com o intuito de empobrecer ainda mais a cultura destes povos. "Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças". (Silva, 2007, p. 83). Normalizar significa atribuir arbitrariamente a uma identidade específica as características positivas enquanto outras identidades que só podem ser avaliadas de forma negativa. "A identidade normal é 'natural', desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade". (*Ibidem*). A normalização é um processo muito arguto pelo qual o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Esse poder é expresso pela superioridade de uma determinada cultura sobre a outra, como observamos no conflito, foco de nossa discussão. A supremacia branca prepondera e, pelo fluxo imbecilizante de imagens e depoimentos, consegue empobrecer a cultura indígena reduzindo-a apenas ao aspecto econômico e a uma cultura primitiva.

Percebemos, portanto, que os efeitos da globalização são imensos. Esse processo afeta direta e indiretamente todas as pessoas. Conseqüentemente, a cultura que está intimamente ligada ao trabalho e à sua organização, às relações de poder e de gênero, aos prazeres e às pressões do consumo, às relações de classe e ao parentesco, formando uma noção do eu e do pertencimento, enfim, é todo um modo de vida. Hall (2006, p.69) descreve outras consequências da globalização nas identidades culturais:

- As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do 'pós-moderno global'.
- As identidades nacionais e outras identidades 'locais' ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.
- As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades - híbridas - estão tomando lugar.

O fenômeno da hibridização cresce com a expansão urbana e os movimentos interculturais que desintegram as identidades nacionais, raciais e étnicas. Na perspectiva dos Estudos culturais, essa mistura, a conjunção e o trato entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças, entram em confronto com os processos que tendem a conceber as identidades como separadas, divididas, segregadas (BHABHA, 2007; CANCLINI, 2008, MARTIN-BARBERO, 2008).

Esses processos de hibridização nascem de relações conflituosas. Eles estão ligados à história de ocupação, colonização e destruição. É uma hibridização forçada. Darcy Ribeiro reforça o processo violento da supressão étnica ao afirmar que o Brasil é uma unidade nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino. Salienta que "essa unidade resultou de um processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante [...]" (RIBEIRO, 1995, p.23).

A contradição social atravessa o país desde o tempo colonial: uma sociedade cuja prosperidade foi construída por meio da usurpação violenta dos territórios originários dos povos indígenas e com a exploração do trabalho compulsório de escravos. A injustiça social praticada historicamente tem um forte componente de racismo anti-índio e anti-negro. Dessa forma, consideramos que qualquer declaração ou política de justiça social que não inclua a justiça histórica é hipócrita. E, ao contrário do que se pode pensar, a justiça histórica tem menos a ver com o passado do que com o futuro. Estão em causa as novas concepções do país, de soberania e de desenvolvimento.

Assim, o que se configura nas sociedades capitalistas no processo de globalização são, para os Estudos Culturais, lugares de desigualdade no que se refere a etnia, sexo, geração e classes, sendo a cultura o *locus* central em que são estabelecidas e contestadas tais distinções. (Hall, 1997)

Nesse sentido, os estudos culturais inserem-se nos "espaços alternativos de atuação para fazer frente às tradições elitistas que persistem exaltando uma distinção hierárquica entre *alta cultura e cultura de massa*, entre *cultura burguesa e cultura operária*, entre *cultura erudita e cultura popular*." (Costa, Vieira, Sommer, 2003, p. 37 - *grifos dos autores*)

É preciso, pois "analisar o conjunto da produção cultural de uma sociedade - seus diferentes **textos** e suas práticas - para entender os padrões de comportamento e a constelação de idéias compartilhadas por homens e mulheres que nela vivem," (Costa, Vieira, Sommer, 2003, p. 38) para julgar o uso dos artefatos que fizeram jus à imagem refletida na reportagem da Revista Veja, quando exclama que " em Roraima até laptop eles têm".

É na esfera cultural que se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados procuram fazer frente à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos mais poderosos. (Costa, Vieira, Sommer, 2003, p. 38) O fato de que o homem vê o mundo por meio de sua cultura tem como consequência a tendência em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal propensão, denominada etnocentrismo, é responsável, em casos extremos, pela ocorrência de numerosos conflitos sociais. Laraia (2004, p.74) descreve que "comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. Práticas de outros sistemas culturais são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais."

Laraia (2004) afirma que a participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada; não é possível a uma pessoa ser capaz de participar de todos os elementos de sua cultura. Isso serve tanto para as sociedades complexas com alto grau de especialização quanto para as mais simples e ilustra com exemplos que vão desde a participação da mulher em determinadas tarefas e uma amplitude maior de participação na vida cultural aos elementos do sexo masculino.

A cultura não pode mais ser concebida como acumulação de saberes ou processo estético, intelectual ou espiritual. A cultura precisa ser estudada e compreendida tendo-se em conta a enorme expansão de tudo que está associado a ela, e o papel constitutivo que assumiu em todos os aspectos da vida social. (Costa, Vieira, Sommer, 2003, p. 38)

Nessa conjuntura conflituosa a cultura merece destaque como a inclusão de Leis que possibilitem um espaço de debate sobre a constituição da identidade do sujeito indígena no espaço escolar.

3 Diversidade na mídia e a formação de professores, problematizando a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008

Há algum tempo, os debates sobre o poder da mídia acontecem em diferentes setores, ligados a ideologia, política, educação... Para Kellner (2001, p. 9):

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade.

Os meios de comunicação de massa e os demais artefatos da indústria cultural têm fornecido os modelos de homem e mulher bem sucedidos ou fracassados, poderosos ou impotentes. Conseguem ainda repassar materiais para que muitas pessoas construam o senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de nós e de eles. Ajuda a modelar a visão de mundo e os valores mais profundos: define ainda o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas e as imagens modelam, forjam, inventam identidades. Martin-Barbero (2008) afirma que o debate sobre a "pureza do indígena" na América Latina continua em aberto. Alimentados por razões dualistas: uma obcecada pelo "resgate das raízes" fundado no nacionalismo populista e outra pelo progressismo iluminista que vê na natureza indolente e supersticiosa do povo indígena como obstáculo para o desenvolvimento. Enquanto perdurar essa dualidade de visões como se fossem pólos (positivo e negativo) nossas discussões também não avançam. O desafio é como mudar esse dualismo? Como formar professores para compreender de maneira diversa a identidade cultural de um povo?

Enquanto o debate se restringir ao meio acadêmico e com grandes ressalvas, pois nesse meio também não é amplamente discutido como componente obrigatório do currículo escolar, dificilmente ocorrerá a desconstrução das grandes narrativas. Numa perspectiva crítica seria necessário lidar com a questão da diferença como uma questão histórica e política. Não se trata de enaltecer a diferença e a diversidade, mas de questioná-las.

Enquanto isso não ocorre são necessárias ações afirmativas como a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 determina a inclusão da temática sobre as minorias nas salas de aula. Desta forma, resta-nos questionar: terá a Lei condições de erigir

mecanismos de debate nas salas de aula? Os professores e as professoras com suas concepções impregnadas de valores e representações, serão capazes de ultrapassar a simples adição pelo acréscimo de informações superficiais sobre outras culturas e identidades ou buscará descobrir os mecanismos de construção das identidades nacionais, raciais, étnicas? Trabalhar com a inclusão das minorias não é tarefa fácil, exige compromisso político, portanto, é necessário repensar a formação inicial e continuada dos professores e das professoras. O currículo vigente aponta a supremacia do etnocentrismo, da hegemonia branca, da inclusão do multiculturalismo e não da interculturalidade.

É irônico denominá-las de minorias quando atentamos para o fato de que, na somatória geral dos indivíduos, as minorias representam a maioria. Mais irônico ainda, se observarmos que, no caso dos indígenas, eles eram os que habitavam este solo muito antes dos "normais" ocidentais e, hoje, eles são os "diferentes"!

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. *O local da cultural*. 4. reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos Culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, n. 023, maio/ago. 2003, p. 36-61.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

Foucault, m. *A ordem do discurso*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FROW, J.; MORRIS, M. *Estudos culturais*. In: *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

HALL, S.; WOODWARD, K.; SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: HALL, S.; WOODWARD, K.; SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

[1] Compreendido no sentido proposto por Engels (1991).

Índios, mas não muito

Pablo Valadares/AE



Protesto de índios em Brasília: em Roraima, **eles têm até laptop**

http://veja.abril.com.br/250804/p_050.html acesso em 06/06/08